

ATA Nº16 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE
Mandato 2017/2021

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de junho.-----

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas, reuniu a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Um- Período Antes da Ordem do Dia.-----

Ponto um, ponto um - Aprovação da Ata da reunião anterior.-----

Ponto um ponto, ponto dois - Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.-----

Ponto um, ponto três - Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.-----

Ponto dois - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal.-----

Ponto três - Propostas da Autarquia.-----

Ponto três, ponto um - Proposta de Transferência de Competências no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores.-----

Ponto três, ponto dois - Proposta de Transferência de Competências no âmbito das Juntas de Freguesia - Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril.-----

Ponto três, ponto três - Proposta de Modificação Orçamental sob a forma de Revisão Orçamental Nº2/2019.-----

Ponto três, ponto quatro - Proposta de aplicação do montante constante na Conta Solidária BPI-Donativos do Incêndio 2017.-----

Ponto três, ponto cinco - Pedido de Autorização Prévia dos Investimentos a Financiar.-----

Ponto três, ponto seis - Pedido de Autorização para Contratação de Empréstimo para Financiamento de Despesas de Investimento.-----

Ponto três, ponto sete - Pedido de Autorização para Contratação de Empréstimo para Financiamento da Componente Nacional dos Projetos Cofinanciados no âmbito do CENTRO 2020.-----

Ponto quatro - Período Destinado à Intervenção do Público.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, ordenou que se procedesse à assinatura do Livro de Ponto, verificando-se as presenças dos seguintes Deputados Municipais: -----



Fernando Manuel Fernandes Antunes; Joaquim Augusto Torres Simões Palheira; Luís Filipe Henrique Antunes faltou por motivos justificados; Carlos Manuel Simões Dias José; António Manuel Fernandes Carvalho (em substituição de Ricardo Dionísio Antunes Mata Pereira); Nélia Maria Henriques Alves; José Jesus Seco da Cruz; Joaquim Coelho Baeta Graça; Luís Manuel Piedade David; Rui Miguel Morgado Capitão; Paula Rita Paiva de Carvalho; Luís Paulo Pereira Fernandes; Luis Miguel Pereira Crespo (em substituição de Henrique Manuel Fernandes Leite); Magda Sofia Alves David.-----

Estiveram presentes, o Presidente da Junta de Freguesia Graça Pedro Manuel da Silva Pereira, o Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande Carlos Fernandes do Jogo e o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia José António Dinis Henriques.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, Valdemar Gomes Fernandes Alves, pela Vice-presidente Maria Margarida David Lopes Guedes e pelos vereadores, João Manuel Gomes Marques, Raúl José Piedade Baptista Garcia e Nelson David Fernandes.-----

Confirmada a existência de quórum o Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal cumprimentando os Deputados Municipais, o Presidente da Câmara Municipal, a Vice-presidente, os vereadores e o público em geral, agradecendo a presença de todos.-----

Ponto Um-Período Antes da Ordem do Dia.-----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio referindo que perante a extensa ordem de trabalhos que se apresenta, apela ao bom funcionamento e desenvolvimento dos trabalhos afim de que se cumpra, a tempo toda a ordem dos trabalhos.-----

Ponto um, ponto um - Aprovação da Ata da reunião anterior.-----

Foi colocada à votação pelo Presidente da Assembleia Municipal para apreciação a Ata Nº15/2019 de 30 de abril de 2019 que foi aprovada por maioria, com uma abstenção.-----

Ponto um ponto, ponto dois - Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura resumida da correspondência colocando os documentos à disposição para consulta.-----

Ponto um, ponto três - Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.-----

O Presidente da Assembleia Municipal após consulta junto dos membros da assembleia municipal, tomou nota das inscrições. Dando continuidade aos trabalhos, deu a palavra ao:-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia, que cumprimentou a Mesa e todos os presentes. Iniciou a sua intervenção falando no seu desagrado em relação à hora marcada para esta assembleia e questionando sobre o porquê de não se terem continuado as assembleias descentralizadas. Prosseguiu referindo que teve conhecimento, por terceiros, de que seria colocado um tapete de alcatrão na sua Freguesia e o porquê de enquanto Presidente da Junta não ter sido previamente informado. É uma atitude que não considera correta.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Graça, que cumprimentou a Mesa e todos os presentes. Lamentou que a sessão da assembleia municipal não se tenha iniciado com um minuto de silêncio em honra das vítimas do incêndio de 2017, uma vez que estamos no mês de junho e já se passaram dois anos. Disse sentir-se triste por ter tido conhecimento, na comunicação social, que um empresário de futebol iria investir na proteção de pessoas, no concelho de Penela e de Figueiró dos Vinhos nomeadamente no que respeita à proteção das populações no âmbito dos incêndios e questiona o porquê de tal não ter acontecido também em Pedrógão Grande. Prosseguiu referindo que nas assembleias municipais fala-se sempre em mudar mas de facto tais mudanças não têm acontecido e que perante os problemas instalados e as questões colocadas pelos fregueses é necessário efetivamente tomar medidas e atitudes antes que se perca tudo. Também referiu que não aparecem obras, sendo preciso trabalhar em conjunto. Referiu um documento de trabalho que enviou sobre a reestruturação a nível das freguesias pois crê que no molde atual, as pequenas freguesias serão encerradas perante as exigências apresentadas. Fala também na questão da Saúde no que respeita ao Centro de Saúde da Freguesia da Graça e no seu possível encerramento com a saída do médico. Como eleito para dirigir os destinos da sua Freguesia, diz que no presente essa função está cada vez mais difícil de executar e considera que é importante a descentralização das assembleias municipais.-----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio dizendo que em relação à descentralização das assembleias municipais existem alguns aspetos que não correram tão bem. As assembleias municipais nunca foram descentralizadas em momentos de Orçamento e de Prestação de Contas. A presente sessão não foi descentralizada, em virtude, não só, da agenda dos assuntos a levar à sessão, mas também pela coincidência de data com a assembleia de freguesia de Vila Facaia, sendo estes os


motivos que não tornaram exequível a descentralização desta sessão da assembleia municipal.-----

Quanto à hora da sessão da assembleia municipal, a mesma foi definida tendo em consideração os constrangimentos por todos conhecidos e pede que no futuro haja articulação entre as datas de realização das assembleias de cada freguesia e do município. Prosseguiu dizendo que aquando da sua viagem para Pedrógão Grande para presidir à presente assembleia, ficou muito preocupado com o estado de coisas que viu, concretamente no que respeita ao percurso efetuado na autoestrada A13, e no IC8, onde verificou que o eucalipto está a crescer desmesuradamente. Refere que somos a Zona do Pinhal, mas que neste momento já não temos pinhal! Não só devido à sua fraca capacidade de regeneração, mas também por causa da falta de medidas efetivas para evitar a proliferação desmedida do eucalipto, em detrimento de outras árvores. Fala na deficiente existência de recursos humanos para fazer face a este problema que inclusive, crê levaram a uma maior desertificação humana do território. Reforçou a ideia de se trabalhar em conjunto no encontro de soluções para resolver este problema seríssimo e construir estratégias para pressionar, quem de direito, para a solução do mesmo. Quanto ao minuto de silêncio refere que de facto, a Mesa e ele próprio não propuseram esse assunto, mas, no entanto, não considera tal como uma falta de respeito. Crê antes que não é saudável estar constantemente a falar no acontecido. Diz que é tempo de seguir em frente. Também ficou muito abalado com o sucedido, mas agora é tempo de cuidar dos vivos, apurar e equacionar as reais intenções do Governo nos apoios a esta Região.-----

A Deputada Magda David cumprimentou a Mesa e todos os presentes. Iniciou a sua intervenção questionando se é possível passar de carro na Ponte Filipina pois viu uma publicação na rede social Facebook de um evento LandRover, em cima da ponte e questiona se a Câmara Municipal de Pedrógão Grande tem conhecimento de tal, pois constou-lhe que o trânsito estava interdito do lado do nosso concelho. Houve obras de intervenção na ponte? A sua preocupação prende-se com o facto de a ponte ser uma obra de orgulho para os pedroguenses e classificado como Monumento Nacional pelo que pede esclarecimentos sobre o assunto.-----

O Deputado Luís Crespo iniciou a sua intervenção lendo o texto que abaixo se transcreve:-----

“ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Cumprimento na Pessoa do Senhor Presidente todas as pessoas aqui presentes,-----

1.º ponto-----

No passado dia 26 de maio ocorreu mais um ato eleitoral no nosso país.-----
Uma das secções de voto foi no salão nobre da JFVF. Nesse mesmo dia ocorreu um passeio de motorizadas promovido pela Casa de Cultura e Recreio de Vila Facaia.-----
Tudo seria normal, não fosse a concentração deste evento ser realizada em frente da secção de voto.--
Pelo que consegui perceber, pelo menos durante uma hora / hora e meia o acesso à referida secção de voto esteve condicionada tanto a pessoas como na circulação automóvel. Para não falar na perturbação que deveria existir no ato de votação.-----
Julgava eu que esta situação era impensável acontecer, mas aconteceu. E aconteceu provavelmente à hora que se previa maior afluência às urnas.-----
Este evento teve o apoio da JFVF. Ainda que não tenha prevenido previamente esta situação (impensável) tinha forçosamente alguns dos seus órgãos no local e deveria de imediato ter posto termo a esta situação.-----
Pasmese... nada fez. Ou melhor até fez Projetou ao mundo tais atos através da sua página na rede social "Facebook" com uma publicação realizada às 10:31 com a publicação de 3 fotos perceptíveis do que foi referido. -----
Já se tinha ouvido histórias estranhas ocorridas em dia de votação, na rua de acesso ao salão nobre da JFVF, contudo nunca tão grave como isto.-----
Nesse sentido Sr. Presidente, parece-me que seja necessário tomar medidas, para que futuros atos eleitorais decorram com a tranquilidade que se exige.-----
2.º ponto-----
Na semana passada fomos confrontados com mais notícias de Pedrógão nomeadamente no programa "Sexta às nove" emitidas pela RTP1. -----
Nesse programa vimos declarações do ex-presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros de PG, desmentidas pelo anterior e atual presidente da Junta de Vila Facaia.-----
Aproveitando a sua presença e também a presença do antigo Presidente da Junta de Freguesia da Graça, na qualidade agora de Deputado Municipal, o Sr Joaquim Baeta, e a bem da verdade, será que nos podem esclarecer destas afirmações e contradições? -----
O Deputado Luís Paulo Fernandes cumprimentou a Mesa e todos os presentes. Iniciou a sua intervenção falando das notícias que dão conta que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios não está aprovado, pelo menos há dois anos. Assim pretende ser esclarecido se está ou não



aprovado. Qual a situação deste? Considera que o nome de Pedrógão Grande ao estar associado à não existência daquele Plano é muito negativa. Questiona também, se foram ou não pagos dezasseis mil euros (€16.000) à empresa Aeroflora. Considera ser uma carga negativa sobre todos, sem exceção. Fala na responsabilidade da Assembleia Municipal em fiscalizar este e outros assuntos. Diz que enquanto assembleia municipal têm o dever de exigir respostas e começa com essa atitude perante o País, na mudança de mentalidades. Ao que conseguiu apurar até à presente data ainda não existe um plano aprovado.-----

Prosseguiu, falando em desilusão com a constituição do Presidente da Câmara Municipal como arguido em dois casos. Efetivamente, tendo-se cometido erros, há que apurar as responsabilidades e fazer melhorias e soluções adequadas de forma a evitar o crescimento negativo da fama que tem assolado Pedrógão Grande. Fala na tristeza que sente pelo fato de não existir uma união coletiva que promova os projetos de desenvolvimento para Pedrógão Grande como por exemplo, no âmbito do reflorestamento. Passados dois anos sobre a tragédia dos incêndios de 2017, diz em tom de crítica que é uma vergonha e uma desilusão não terem sido aproveitadas de forma positiva as oportunidades apresentadas a Pedrógão Grande. Sem estratégias de trabalho não teremos sucesso para desenvolver o concelho. Devemos escutar as pessoas, ter em conta as suas propostas e apostar na valorização dos Pedroguenses e da região. Diz que passámos da “Zona do Pinhal” a “Zona do Eucaliptal” e que não havendo soluções para evitar este flagelo, este problema vai tornar-se cada vez maior. Diz que há que apostar noutro tipo de árvores como o sobreiro, por exemplo. Não é contra o eucalipto, mas este está a tornar-se uma praga. Diz haver falta de vontade e de competência política do Estado e também do atual executivo para aproveitar os recursos financeiros apresentados. Diz que ainda não é tarde para fazer valer a vontade de lutar por Pedrógão Grande, pressionando, juntamente com os concelhos limítrofes, as entidades competentes, para garantir fundos para desenvolver o concelho. Continua falando na falta de saber aproveitar as oportunidades que foram sendo apresentadas. Fala na forma como as assembleias municipais são convocadas e na forma como são realizadas em cima da hora.-----

A Deputada Paula Rita Carvalho cumprimentou a Mesa e todos os presentes. Iniciou a sua intervenção questionando sobre o facto de ainda não ter conhecimento de atividades para a ocupação das crianças e jovens no período de férias, à semelhança de anos anteriores. Manifesta a sua preocupação pois reconhece a falta de disponibilidade de atividades para privilegiar o tempo de férias dos mais pequenos e pede resposta a este assunto que preocupa os encarregados de educação.-----



O Deputado Rui Capitão cumprimentou a Mesa e todos os presentes. Diz que não aceita a justificação do Presidente da Assembleia Municipal sobre o horário das assembleias municipais e não a compreende. Reitera que o horário atual não é digno. Naturalmente não é nenhuma ilegalidade, nem irregularidade mas há que respeitar a vida profissional dos deputados/as, assim como dos cidadãos e o seu direito a assistirem às assembleias. Sugere que exista uma articulação com a marcação das datas e dos horários das futuras assembleias.-----

Proseguiu falando na falta de resposta às suas questões até à presente data. Comunicou ao Primeiro Secretário da Mesa que a intervenção que vai fazer será entregue por escrito para que fique em ata, conforme se transcreve: “Os meus cumprimentos à Mesa da AM, ao Executivo municipal, a todos os eleitos das bancadas do PS; PSD e independentes.-----

Sr. Presidente da AM, solicito que a presente intervenção, como vem sendo meu apanágio, faça parte integrante da respetiva ata.-----

Horário das Assembleias Municipais – Dirijo-me diretamente à Mesa da AM a quem cabe o agendamento das sessões. Sr. Presidente, já aqui por várias vezes foi manifestado desgosto e alguma indignação pelos horários escolhido por v/ exas para as sessões ordinárias. Os eleitos prestaram juramento para o cumprimento honroso das funções que lhe foram confiadas mas têm direito ao seu trabalho, à sua vida profissional. Uma AM marcada para uma sexta feira em pelo horário laboral às 16H00, não às 18H00, não às 19H00, depois de vários alertas, só pode significar duas coisas, impedir que uns quantos eleitos venham à mesma e obstruir a participação democrática dos cidadãos, os quais não vão deixar o seu trabalho para vir às mesmas. Pelo que, uma vez mais, peço, em meu nome e em nome dos elementos que compõem a bancada do PSD, alguma sensibilidade democrática na marcação das AM, as quais não podem ser marcadas pela conveniência e agenda da Mesa, mas sim no interesse participativo dos eleitos e pela ordem porque foram eleitos e demais cidadãos.-----

Falta de documentos solicitados, consulta de documentos e informações solicitadas – Sr Presidente da AM, persiste o executivo em negar-me o acesso à informação, mesmo quando pedida através da mesa da AM. Seja a solicitada em 13/07/2018, seja a que pedi pelo email remeti-do a V. Exa. em 30/05/2019, com vista aos trabalhos na presente AM e aos assuntos que pretendia ver discutidos e abordados. Não preciso de ser exaustivo quanto à ilegalidade de tais condutas, quer a do executivo para quem V. Exa. tem remetido os pedidos, quer quanto à conduta da Mesa da AM pela passividade e



tolerância de tal conduta. Será V. Exa. parente de Pilatos? Não creio que seja homem para lavar assim as mãos mas o tempo passado e ausência de medidas não abona a seu favor.-----

Sr. Presidente da CM, ainda quanto ao ponto anterior, agradeço-lhe a amabilidade e a gentileza da conversa e das justificações que me deu de manhã quando ocasionalmente nos encontrámos, pedia-lhe, o favor, que as desse publicamente nesta AM.-----

Como vem sendo meu hábito, faço questão que as minhas intervenções, fiquem registadas e tenho tentado ser pro-ativo na denúncia dos problemas e na exigência de soluções e medidas e até tenho proposto várias, conforme atestam as atas. Entendo que se deve distinguir o político do politiqueiro, não obstante à ausência de respostas, de documentos e de informação pedida que não me é prestada não desisto. -----

E nesta medida questiono o executivo municipal na pessoa do Sr. Presidente o seguinte:-----

PMDFCI de Pedrógão Grande - Solicito, mais uma vez, informações sobre o PMDFCI de Pedrógão Grande e não trago para aqui as notícias vindas a público pela SIC. Numa atitude ativa o que me interessa saber é o que é que o executivo está a fazer para corrigir a ausência de PMDFCI. Relembro que na última AM trouxe esse assunto à discussão e o Sr. Presidente da CM referiu, desmentido as notícias do chumbo do mesmo pelo INCF, que o Plano é sempre o mesmo o que existem é alterações ao Plano. Mas não discuto a sua errada e insustentável opinião. A verdade é que é que no dia de hoje, 28/06/2019, no portal do INCF, de acesso público, consta com a referência n.º 1013 que o PMDFCI de Pedrógão Grande não se encontra em vigor, tendo terminado em 27/9/2014.-----

Atendendo à importância do documento, às mortes que ocorreram em 2017, pergunto qual o ponto da situação? Sr. Presidente a informação do INCF é falsa é? Solicito a V. Exa. que me permita a consulta deste processo e da decisão do INCF! Relembro que Ministro do MAI já alertou que vai aplicar a lei e vão haver cortes. Este executivo que acorde para o assunto!-----

IRS- Após a minha intervenção na última AM sobre este assunto onde denunciei o que estava escondido pelo executivo, isto é, que para o IRS de 2018 não se verificava qualquer devolução dos 5% do IRS aos Pedrogueses, respondeu o Sr. Presidente que esse erro já tinha sido reportado à AT nada mais dizendo. Considerando que a maioria dos Pedrogueses já se encontra com nota de liquidação de IRS emitida, isto é, já pagou mais ou recebeu menos de reembolso, não beneficiando de qualquer redução de 5%, como está a situação? O que é que a CM fez e a AT respondeu e fez para a reposição da verdade fiscal neste concelho? E como é que tal vai ser feito? Ou não vai ser feito?-----

Agradeço Sr. Presidente que seja preciso e concreto na resposta a este ponto, pois equaciono juntamente com a bancado do PSD solicitar a marcação de AM EXTRAORDINÁRIA, a qual é agendada e se basta com o pedido formulado por 1/3 dos seus membros, tendo a bancada do PSD, legitimidade só por si para os aludidos efeitos. Iremos discutir a resolução do problema com a apresentação de medidas concretas para a reposição dos 5% aos Pedrogueses. Pois assim esta AM decidiu quando aprovou que a participação do Município no IRS não era 5% mas 0%. -----

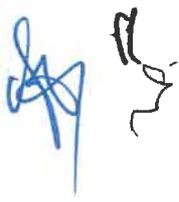
CENTRO DE SAÚDE – Recebi queixas sobre o estado de execução da requalificação do Centro de Saúde onde fiquei chocado com o cenário traçado! Obviamente tive que ir ao Centro de Saúde. Nem todas se confirmaram, não obstante, pelas informações que me foram prestadas, efetivamente a mais valia da requalificação não sai prejudicada por alguns defeitos e incorreções na sua execução, rebocos, pintura, chão. Compreendo que não se podendo ter galinha gorda por pouco dinheiro mas não foi tão pouco assim. Neste sentido, desconhecendo se a CMPG tem conhecimento desses defeitos ou se tal lhe foi reportado, mas por também ter sido dono de obra e suportado parte do seu custo, é preciso que essas correções se façam acionando as garantias existentes, elencando os defeitos, vícios, e problemas a corrigir.-----

Porém o cenário quanto à carência de médico permanece, não obstante já existir, pelos vistos, médico para vir para Pedrógão, não veio ainda. Sei que o poder de ação da autarquia é, para já, limitado, mas em 2021 tal não será assim. Em todo o caso é um problema que como no passado a autarquia deve ajudar a resolver. -----

Pelo que pergunto que contactos na área da saúde tem sido feitos, que reuniões tem sido realizadas, que diagnósticos tem sido traçados e formas de resolução? Pergunto ainda pelo projeto da linha saúde ao domicílio? Se não passou de uma intenção e de propaganda, o que foi efetivamente feito, quais os meios adquiridos e serviços prestados?-----

PROJECTOS CO-FINANCIADOS – Sr. Presidente foi aqui apresentado ao longo de 2017 e 2018 várias candidaturas aprovadas ao 2020. -----

Foram, com vista a recuperar as infraestruturas básicas municipais afetadas pelos incêndios, submetidas 5 candidaturas ao Centro 2020, num valor total de 4.806.771,58 euros, e publicado que eram financiadas a 85% e os restantes 15% assegurados pelo Fundo de Emergência Municipal, portanto a custo 0 para o município, a saber: Regeneração de áreas afetadas pelo incêndio; Reabilitação e recuperação de estradas e caminhos municipais; Substituição e reposição da sinalética



afetada; Reposição de infraestruturas afetadas da rede de distribuição de água; Reabilitação de edifícios municipais. -----

No projeto de Reabilitação e recuperação de estradas e caminhos municipais no valor de € 2 210 273,73 foi o mesmo avante? O que foi executado? Recebeu o município o financiamento de € 1 878 732,67 e o Fundo de Emergência pagou o restante? O mesmo pergunto para o projeto de Rede de distribuição de água - Reposição de infraestruturas afetadas? O que foi feito e onde, e que edifícios municipais foram reabilitados?-----

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E REABILITAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL – Sr. Presidente este projeto foi submetido. Mas foi o mesmo aprovado? Por que valor? E as obras realizadas foram pagas com base no mesmo? Qual o valor efetivamente recebido?-----

Sr. Presidente existem **PROJETOS COM CANDIDATURA APROVADA** que tenham entretanto, independentemente dos motivos, caído? Quais? -----

Sr. Presidente quanto ao **PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSAS (PCHI)** foi este avante? Quantas candidaturas houve e que apoio tem sido prestado no âmbito do mesmo. Digne-se a esclarecer a execução deste projeto.-----

ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL – Sr. Presidente, não chega nenhuma informação à AM sobre este malgrado buraco, nem mesmo solicitada por escrito. Mas esclareça-me. A aquisição de serviços técnicos para a alteração/adaptação à situação atual das projetos de terraplanagem da área de localização empresarial por € 18.500,00 mais IVA diz respeito ao quê?-----

Sr. Presidente até à presente data o custo dos trabalhos realizados tiveram participação comunitária? Quanto por alto já se gastou?-----

Sr. Presidente – Vi uma reportagem televisiva onde vários **CONSTRUTORES DO CONCELHO** se queixavam que lhes foi ordenada a suspensão de obras, e o trabalho já feito antes da suspensão, não tinha nem foi pago? O executivo e V. Exa. sabe disso? Tomaram ou pensam tomar alguma diligência no sentido de resolver a situação? Tendo sido V. Exa. até Setembro /Outubro de 2018 membro do concelho de gestão do Revita não pode esclarecer esta AM do que se passa?-----

BENS DOADOS – A situação vexatória dos bens doados ao Município já foi resolvida, quanto a bens que estavam em depósito? E quanto às roupas, mobílias, etc, quem é o responsável pela construção dessa pasta? Foi contratado alguém para o efeito? O que foi e está a ser feito?-----

APOIO E O REGULAMENTO À RECONSTRUÇÃO ÀS 2ª HABITAÇÕES – Sr. Presidente, quantas candidaturas existiram, quantas foram aprovadas e quantas ficaram de fora? Qual o montante de financiamento e custo da medida? Digne-se dar informações sobre a execução desta medida.-----

PETROENSINO - Por último – de regresso em 2019 à AHBVPG, desta vez no concelho fiscal, pese embora o meu pedido de demissão em Dezembro de 2017 da Direção, venho a constatar que a autarquia, sócia da Petroensino e depois de tudo quanto se passou, continua sem nomear ninguém para a gerência da mesma, correndo o ónus, sobre o outro sócio. Não compreendo! Volvida a auditoria, reposto parte dos apoios à Escola, apresentando esta resultados líquidos positivos, sendo outra a direcção da AHBVPG já vai na altura de caminharmos juntos para uma Escola maior não? É que o pólo de formação da Escola Profissional Agostinho Roseta vai mesmo ser instalado no antigo edifício da EDP em Figueiró dos Vinhos, a quem o edifício já foi entregue, e começar a lecionar em 2020/2021! Não é melhor abrir os olhos? Para quando? Disse “-----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio abordando a questão do Deputado Rui Capitão quanto à possível solicitação de uma Assembleia Extraordinária e refere que o Regimento da Assembleia Municipal possibilita aos deputados solicitarem uma assembleia extraordinária e sugerirem assuntos a incluir nessas ou outras assembleias.-----

O Deputado Rui Capitão diz que o P.S.D. pretende solicitar ao Presidente da Assembleia Municipal que convoque uma Assembleia Extraordinária com uma ordem de trabalhos construída para combater a falta de informação às questões/requerimentos colocadas/os e para os/as quais não há informação nem resposta. Assim e por entender que é a forma que entende o seu trabalho e o modo como deve ser feito enquanto deputado no sentido de cumprir as suas funções.-----

O Deputado Luís David cumprimentou a Mesa e todos os presentes. Interveio dizendo que apesar de ser Presidente da Direção da AHBVPG e não falando, neste momento, enquanto titular daquele cargo, teve conhecimento de uma Proposta de Regulamento de Atribuição de Incentivos e Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande e que tem de intervir e de enaltecer a iniciativa do executivo, quer enquanto Deputado Municipal quer enquanto Presidente da Associação de Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande. Quanto à Petroensino diz que é essencial conduzir “a bom porto” a instituição marcante que é a E.T.P.Z.P. e tão essencial para o futuro de todos, inclusive do prestígio do concelho.-----



O **Deputado Joaquim Coelho Baeta Graça** cumprimentou a Mesa e todos os presentes. Prosseguiu dizendo que a freguesia da Graça está votada ao esquecimento pelo Município. Precisamente há um ano questionou o Presidente da Câmara, sobre a recolha do lixo e a necessidade de isso acontecer mais de uma vez por semana, principalmente no período de temperaturas mais elevadas e nada foi feito, mesmo depois da aquisição de um camião de recolha de lixo. Perguntou qual a utilização que está a ser dada à mesma? Diz que a Freguesia da Graça esteve duas semanas sem recolha de lixo em toda a Freguesia, tendo-se chegado ao extremo de haver sacos amontoados junto aos contentores e na sede de Freguesia existem dois comércios a funcionar. Continua dizendo que há anos que foram colocados semáforos no cruzamento da sede de Freguesia da Graça, a fim de controlar a velocidade dos veículos que por ali vão circulando, uma vez que a poucos metros de distância, funciona a escola do primeiro ciclo, a extensão de saúde e centro dia, e é uma questão de segurança. No entanto, os semáforos estão avariados desde novembro, portanto há sete meses e com certeza, diz, não pode ser por desconhecimento, porque ele mesmo alertou para essa situação, na Assembleia Municipal. Ligados estão de fato, mas estão sempre verdes, o que permite circular a qualquer velocidade.-----

Prosseguiu falando em questões de segurança e referindo-se em concreto à estrada com mais movimento na Freguesia a Estrada Municipal 515, onde na zona de Altardo ainda se encontra um corte no pavimento e passado todo este tempo ainda não foi reparado. Uma vez que é na saída de uma curva, põe em causa a segurança, e provoca danos nas viaturas. Manifestou o seu acordo ao Presidente da Assembleia Municipal sobre o estado atual do território regional. Continua dizendo que deixa um alerta que vai além da comum preocupação com os eucaliptos e que tem a ver com a infestação das acácias no nosso concelho.-----

A **Deputada Nélia Alves** cumprimentou a Mesa e todos os presentes. Interveio focando dois aspetos que diz serem importantes sobretudo a marcação tardia e, em cima da hora das assembleias municipais e o envio tardio da documentação que levam a uma dificuldade extrema em comparecer às assembleias. Prossegue dizendo que continua a não conseguir consultar a informação atualizada, nomeadamente das atas da Câmara Municipal, além de que a hora marcada para a assembleia municipal é muito difícil de cumprir, quer a nível pessoal, quer a nível profissional. Diz-se preocupada com o estado atual das coisas no concelho, nomeadamente no que diz respeito ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----



O **Presidente da Câmara Municipal**, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Dirigiu-se à **Deputada Nélia Alves** dizendo que o horário desta assembleia foi uma exceção. Quanto às atas, as mesmas serão brevemente atualizadas no site do Município. Respondendo ao **Deputado Joaquim Baeta**, quanto aos semáforos na Freguesia da Graça tem que ver com as obras que estão a decorrer no Parque Verde, e quanto ao pavimento vai averiguar, no que respeita à recolha do lixo, ainda não entramos na época de temperaturas elevadas. Agradeceu ao **Deputado Luis David** a parabenização pela iniciativa de apoio aos Bombeiros um assunto que brevemente será presente à Câmara Municipal e, conseqüentemente à Assembleia Municipal, a qual acontece pela importância primordial que os Bombeiros têm na vida da sociedade. Quanto à Petroensino diz que tem esperança na alavancagem do ensino em Pedrógão Grande. Em relação ao projeto para a escola em Figueiró dos Vinhos, diz que irá averiguar, pois, nesta data, não tem conhecimento de qualquer projeto para aquele local. Respondendo ao **Deputado Rui Capitão** diz que lhe fará chegar o mais brevemente possível a documentação solicitada, existindo, atento ao volume de informação solicitada, alguma dificuldade em reunir a informação e também porque alguma da documentação foi apreendida para averiguações, aquando dos respetivos processos.-----

Respondendo ao **Deputado Luís Paulo Fernandes** diz lamentar que ele não tenha tido calma no dia dois de março quando diz que este, tomou a liderança de uma manifestação junto à sua casa, apedrejando-a e sujando-a com ovos. Lamenta que não tenha tido em consideração a amizade que lhe dedicou durante anos.-----

O **Presidente da Câmara Municipal**, dirigindo-se à Assembleia Municipal comunicou foi informado pelo Secretário de Estado das Florestas, no sentido de que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Pedrógão Grande tinha sido aprovado. Quanto à polémica acerca da empresa que executou o Plano, o processo foi enviado ao Ministério Público, para averiguações. Remeteu para a Vice-presidente sobre o assunto do ETL.-----

A **Vice-presidente** respondeu que o Programa/Projeto Verão Ativo/2019 ETL (Educação em Tempos Livres) terá a duração de um mês e será para crianças até aos dez anos e para os jovens até aos quinze anos. Mantém-se as os requisitos de admissão previstos no ano anterior. O referido programa não se iniciou mais cedo devido às datas dos exames escolares.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondendo ao **Deputado Rui Capitão** diz que no que respeita ao assunto do I.R.S. e à não devolução deste aos munícipes, está a aguardar uma resposta da

Administração Tributária e Aduaneira. No que respeita ao Centro de Saúde diz que a obra foi recebida provisoriamente por todos os intervenientes, entenda-se pela ACES, pela ARS e pelo Coordenador do Centro de Saúde. Quanto à vaga para um médico está a decorrer um concurso. No que respeita à carrinha de apoio médico, está a ser equacionada numa candidatura ao CLDS.-----

O Deputado Rui Capitão questionou sobre o porquê de os munícipes não terem sido informados sobre aquela situação, afirmando que gostaria de ver este assunto rapidamente resolvido.-----

A Vice-presidente no que respeita à informação sobre as obras solicitadas, passou a enumerá-las e a prestar o respetivo esclarecimento. Enunciou então que: a candidatura dos Percursos Pedestres está parcialmente concluída e financiada a cem por cento. A candidatura aos Parques Infantis e de Merendas está concluída e foi financiada a cem por cento; a Sinalética também está concluída e financiada a cem por cento; Os Edifícios Municipais, nomeadamente, a candidatura das três escolas também está concluída a cem por cento. A Rede de Distribuição de Águas está em fase de execução nos 40%; a Intervenção e Proteção dos Recursos Hídricos está em fase de execução de 90%; a Estabilização de Emergência tem 85% de financiamento e já recebeu o visto do Tribunal de Contas; a intervenção a nível da Eficiência Energética na Piscina Municipal está concluída a expensas do Município e a aguardar resposta da C.I.M.R.L.-----

O Deputado Rui Capitão questionou o porquê da informação das empreitadas nunca estar presente na ordem de trabalhos e sugere que num futuro próximo isso aconteça de uma forma mais específica, tendo prosseguido e agradecendo os esclarecimentos. Questionou o executivo sobre o Programa de PCHI (Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas) publicitado no *site* do Município e sobre o que versa. Quanto à ALE (Área de Localização Empresarial) pergunta o que aconteceu quanto às obras dos desnivelamentos? E os donativos? Como está a decorrer o Programa das Segundas Habitações?-----

A Vice-presidente respondeu que o PCHI (Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas) é um programa que visa o apoio a pessoas idosas na realização de obras. Quanto ao desnivelamento na ALE disse que foi necessário corrigir alguns pormenores. No que respeita aos donativos disse estar tudo equacionado. Relativamente às segundas habitações diz que foi seguido o regulamento e foram entregues trinta e oito candidaturas para análise, e que trinta e três foram rejeitadas por falhas no processo. O valor total das candidaturas seria de um milhão, mas só foram aprovadas cinco

candidaturas. A CCDD-C aprovou quatro candidaturas no valor de setenta e seis mil e duzentos euros que se encontram para financiamento. **O Deputado Rui Capitão** considerou-se esclarecido.-----

O Deputado Luís Crespo interveio insistindo na resposta à sua questão sobre as listas dos donativos entregues nos Bombeiros Voluntários e que foram referidas na reportagem. Neste momento, o Secretário da Mesa referiu que o Presidente da Junta de Vila Facaia, por motivos de ordem pessoal, teve de se ausentar e questionou o Deputado Joaquim Baeta, à altura Presidente da Junta, se queria intervir. **O Deputado Joaquim Baeta** referiu que não tinha comentários a fazer e que não alimenta polémicas.-----

O Presidente da Câmara Municipal dirigindo-se ao **Presidente da Junta de Freguesia da Graça, Pedro Pereira** sobre o futuro médico e sobre as questões levantadas sobre o Dr. Raúl Garcia, disse que não tem respostas para o que se está a passar e que está a aguardar o resultado do concurso que está a decorrer.-----

O Deputado Luís Paulo Fernandes pediu para intervir em defesa da honra no que respeita às palavras do **Presidente da Câmara Municipal**. Não aceita que se diga que liderou alguma coisa, pois não é verdade. Não liderou nada, mas tem o direito a participar. Não liderou nem promoveu nada do que foi acusado.-----

Ponto dois - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal interveio referindo que crê que o ponto dois foi discutido e envolvido no **Ponto 1.3.** pelo que não havendo inscrições, entendeu-se dar por encerrado este ponto.

Ponto três - Propostas da Autarquia.-----

Ponto três, ponto um - Proposta de Transferência de Competências no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores.-----

O Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à **Vice-presidente** que iniciou a sua intervenção esclarecendo sobre o ponto em debate, dizendo que já foi presente em reunião de Câmara Municipal em 30 de maio de 2019 e que foi aprovada, portanto aceite. Tem que ver com as vias de transporte turístico de passageiros e que ocorram na área geográfica da nossa jurisdição. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a presente proposta que foi aprovada aceitar por unanimidade.-----

Ponto três, ponto dois - Proposta de Transferência de Competências no âmbito das Juntas Freguesia - Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra à **Vice-presidente** que iniciou a sua intervenção esclarecendo o ponto em debate. Disse que perante a solicitação que foi feita às Freguesias sobre o assunto, as mesmas deliberaram não aceitar a respetiva transferência de competências, salvo a Freguesia de Vila Facaia que só tem o seu plano de intenção discutido e votado na Assembleia de Freguesia que decorre no dia de hoje. Após a receção das deliberações das freguesias, manifestando a intenção de não aceitar a delegação de competências e perante a deliberação da Câmara Municipal em não aceitar transferir as referidas competências, tendo como intuito manter as celebradas através dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução, com as três Freguesias. Disse que até ao dia, 30 de junho as Juntas de Freguesia têm de comunicar esta informação, assim como a Câmara Municipal pelo que se impõe este assunto nesta assembleia.-----

O **Deputado Rui Capitão** interveio dizendo que encontrou dificuldade em compreender a deliberação de Câmara Municipal, perante a leitura do Diploma e das respetivas deliberações, pois as Juntas de Freguesia, afinal já têm competências internas.-----

A **Vice-presidente** passou a esclarecer que existe uma manifestação de vontade em não celebrar acordo sobre as novas transferências de competências.-----

O **Deputado Rui Capitão** diz que tem de existir sim, um acordo e não uma declaração de intenções pois crê que a ausência de acordo obriga a um novo processo de negociação das respetivas transferências de competências.-----

O **Presidente da Junta de Freguesia da Graça** disse que as competências são de fato adquiridas mas sim por Protocolos que até à data ainda não foram renovados tendo os atos administrativos acontecido de boa-fé. Diz que este assunto surge apenas hoje porque se apercebeu, a Câmara Municipal, que tem de se comunicar até ao dia, 30 de junho de 2019, este assunto e portanto entende que a falta de diálogo tem sido o maior problema. Diz que na Junta de Freguesia da Graça além da falta de recursos financeiros também tem falta de recursos humanos. As despesas são cada vez maiores e uma vez que falou com antecipação só agora se olha para este problema. Independentemente da decisão atual, em 2021 haverá um acordo tácito.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** após discussão e debate do ponto na ordem de trabalhos propôs à assembleia municipal retirar este ponto da ordem do dia, proposta que foi aceite.-----

Ponto três, ponto três - **Proposta de Modificação Orçamental sob a forma de Revisão Orçamental Nº2/2019.**-----

O Dr. Pedro Patrício interveio, enquanto consultor financeiro, explicando o ponto em apreciação, referindo que existe necessidade da Assembleia Municipal aprovar a revisão Orçamental, e consequentemente concordar com a deliberação da Câmara Municipal, tanto mais que, em sede de Fiscalização Prévia, já foi obtido o visto de Tribunal de Contas para a obra em causa “Empreitada de estabilização de emergência para os Incêndios”.

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a presente proposta que foi aprovada por unanimidade.

Ponto três, ponto quatro - **Proposta de aplicação do montante constante na Conta Solidária BPI- Donativos do Incêndio 2017.**

O Presidente da Câmara Municipal dirigiu-se à assembleia informando que o executivo propõe a retirada deste assunto da ordem de trabalhos, uma vez que o regulamento que servirá a gestão da “Conta Solidária BPI- Donativos do Incêndio 2017”, devido a contratempos imprevisíveis, não foi possível de concluir a tempo de ser apresentado.

O Presidente da Assembleia aceitou a explicação do Presidente da Câmara Municipal e o assunto foi retirado da ordem de trabalhos.

Ponto três, ponto cinco - **Pedido de Autorização Prévia dos Investimentos a Financiar.**

O Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Dr. Pedro Patrício que iniciou a explicação do ponto em debate dizendo que por força das disposições legais quando um empréstimo é decidido e o valor do mesmo ultrapassa 10% das despesas elegíveis, inscritas no orçamento é necessária uma autorização prévia da assembleia municipal. As despesas de financiamento são divididas em dois lotes, um com a parte de projetos cofinanciados e outro com empréstimo de despesas de investimento, estando portanto em causa a autorização de um financiamento para a execução destas despesas.

O Deputado Rui Capitão questionou sobre a informação que diz, ser parca quanto à descrição dos investimentos a fazer. Diz que até pondera a aprovação, mas não consegue descortinar, através da informação prestada quais são efetivamente os projetos. Diz que carece, não só de um esclarecimento técnico sobre os projetos apresentados, mas também de um esclarecimento político e estratégico sobre os mesmos.

O Presidente da Câmara Municipal diz que o projeto é para um novo quartel na GNR; para a beneficiação dos cemitérios do concelho, nomeadamente do cemitério de Pedrógão Grande, com a criação de um espaço para depósito de cinzas mortuárias; o projeto de requalificação da Albufeira do Cabril, e a

requalificação da antiga Escola C+S para melhoria do espaço e futura melhoria da qualidade dos serviços. A aquisição e melhoramento de monumentos, com a implementação uma estátua em homenagem à República e a António José de Almeida, no Largo do Encontro; existe também a concessão do Parque de Caravanismo da Graça que ficará instalado no Parque Verde e também o Parque de Lazer de Vila Facaia beneficiará de alguma intervenção.-----

O Deputado Rui Capitão questionou as propostas feitas pelo executivo municipal uma vez que considera que estas obras são “um cheque em branco”, algo sem fundamento pois considera não serem um bom ato de gestão. Diz que aquando da deliberação da assembleia, votará contra.-----

O Deputado Luis David intervém dizendo que considera de fato que as propostas apresentadas não estão efetivamente específicas, mas que são valores a investir no concelho e, naturalmente tendo sempre em conta a salvaguarda do orçamento do Município. -----

O Deputado Rui Capitão solicitou esclarecimentos ao Dr. Pedro Patrício.-----

O Dr. Pedro Patrício respondeu esclarecendo que os investimentos propostos e a contratualização são, única e exclusivamente para os empréstimos a contratualizar e os valores serão obrigatoriamente gastos nesses investimentos e enquadráveis nos mesmos obrigatoriamente pela lei e pelo Tribunal de Contas. Os montantes foram calculados com base nos investimentos propostos, alguns em orçamento. Os montantes do(s) investimento(s) nunca poderão ultrapassar os do(s) investimento(s) contratado(s).-----

O Deputado Rui Capitão intervém dizendo que grande parte da informação não está completa e que a considera “em branco”. Questiona sobre o investimento cofinanciado sobre a obra da ALE. -----

A Vice-presidente passou a esclarecer que o PAMUS (Plano de Ação e de Mobilidade Urbana Sustentável) vem explanado, desde logo no Orçamento e trata-se de uma linha de candidaturas de pequenos projetos dos quais foram reformulados vinte e cinco pequenos projetos no âmbito da mobilidade urbana para o concelho.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, encerrado o debate, colocou a votação a presente proposta que foi aprovada por maioria com quatro votos contra (um do Deputado Rui Capitão), duas abstenções e dez votos a favor. -----

O Deputado Rui Capitão declarou que vota contra porque entende que a linha estratégica deste executivo tem sido de, a médio longo prazo, embargar o projeto de desenvolvimento do concelho com o aumento significativo da despesa corrente e com a contratação de capital para obra nova.-----

Ponto três, ponto seis - Pedido de Autorização para Contratação de Empréstimo para Financiamento de Despesas de Investimento.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o **Presidente da Câmara** se queria esclarecer algum ponto ao que este remeteu os esclarecimentos para o **Dr. Pedro Patrício** que esclareceu a assembleia dizendo que o que está em causa sobretudo é a audiência prévia aos concorrentes.-----

Não havendo mais nenhuma intervenção a apontar O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação a presente proposta que foi aprovada por maioria com quatro votos contra (um do Deputado Rui Capitão), duas abstenções e dez votos a favor.-----

Ponto três, ponto sete - Pedido de Autorização para Contratação de Empréstimo para Financiamento da Componente Nacional dos Projetos Cofinanciados no âmbito do CENTRO 2020.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** introduziu o ponto em debate sendo que o **Deputado Rui Capitão** solicitou esclarecimentos. O **Presidente da Câmara Municipal** remeteu para o **Dr. Pedro Patrício** que refere que o que está em causa sobretudo é igualmente, a audiência prévia dos concorrentes.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação a presente proposta que foi aprovada por unanimidade.-----

Ponto quatro - Período Destinado à Intervenção do Público.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto destinado à intervenção do público.-----

O **Secretário da Mesa**, questionou o público sobre quem queria intervir e apuraram-se as seguintes inscrições:-----

A **Sra. Maria de Lurdes Miranda** do lugar do Couce que interveio dizendo que há que respeitar o triste acontecimento dos fogos, mas que ela está viva. E é dos vivos que se deve tratar. Prossegue dizendo que não há rede móvel na sua localidade e, portanto, não tem acesso à Internet e logo também não tem possibilidade de comunicar nem de se corresponder com a sua família nem com os amigos, etc. Continuou dizendo que possui uma casa à qual não foi dado, nem número de porta, nem número de rua, pelo que gostaria de ver esse assunto resolvido. Diz que a estrada do Vale da Ponte necessita de arranjo já que segundo relata, não se encontra em condições de circulação rodoviária.-----

O **Sr. Luís Cunha**, de Pedrógão Grande iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao **Presidente da Câmara Municipal** questionando sobre o assunto da estátua a ser construída em homenagem ao Jacinto Nunes. Quanto à Ponte Filipina e, diz, em sintonia com a intervenção da Deputada Magda David, gostaria de efetivamente saber se existem diligências no sentido de qualificar a estrada do lado

pedroguense, como estrada Romana. Continua falando na falta de condições de circulação na rotunda junto à Casa Municipal da Cultura.-----

O Sr. Aires Henriques dos Troviscais intervém dizendo-se satisfeito com a intervenção do Presidente da Câmara Municipal na reportagem emitida pela RTP no Programa “Sexta às 9”. Diz lamentar a injustiça que se passa com toda esta polémica e sobretudo o fato de o Presidente da Câmara Municipal e o Comandante dos Bombeiros Voluntários serem arguidos num processo que considera injusto pois as condições de então eram extremamente difíceis de controlar, em parte devido a uma má gestão florestal. Refere que o plano de defesa nacional não vale de muito se não houver uma intervenção de fato estratégica do sector florestal. Acredita numa concentração capitalista em torno destas situações. Aborda a questão do investimento e diz que assiste a um decréscimo do mesmo em muitas áreas do concelho de Pedrógão Grande. Afinal quais são os montantes destinados para o desenvolvimento do concelho? Refere a candidatura de Pedrógão Grande à “Rede de Muralhas e Castelos” e insiste na sua importância para e na história da formação de Pedrógão Grande, assim como diz é fundamental investir no edifício da “Casa do Sono” de forma a comprovar histórica e arqueologicamente o historial das raízes pedroguenses na nação do então Condado Portucalenses. Diz que nos tempos de hoje e após tantas pressões é lamentável a rede móvel no concelho ser fraca e até algo inacessível e reduzida, algo impensável atualmente, bem como limitadora do desenvolvimento digital. Termina dizendo que ainda tem esperança de ver Pedrógão Grande ser efetivamente alvo e prova do seu mérito, como entende, o concelho merece.-----

O Presidente da Câmara Municipal interveio neste ponto referindo que quanto à Ponte Filipina e à Ponte Pêra e aos atos de vandalismo dos quais estas têm sido alvo, já direcionou o assunto para as entidades competentes. Prosseguiu dizendo que as palavras do Sr. Aires Henriques são de fato pertinentes e que está o executivo a trabalhar no sentido de concretizar o melhor para Pedrógão Grande.-----

O Primeiro Secretário da Mesa solicitou a inclusão na Ata do seguinte: - O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Facaia, ausentou-se da reunião às 18h00 por necessidade pessoal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se aos presentes agradecendo a sua presença e congratulando-se pela forma como os trabalhos foram conduzidos. Prosseguiu referindo que efetivamente ainda existem problemas que não são aceitáveis e que ainda há tempos esteve com o Presidente da ALTICE que lhe passou a mensagem de que estes problemas recorrentes se iriam

resolver mas que no entanto, parece que tardam. Afirma que é necessária união para em conjunto se encontrarem soluções que cada vez parecem mais difíceis de concretizar perante o panorama da região, quer na manifesta falta de investimento por parte do Governo Central, quer com a consequente desertificação humana. Prossegue dizendo que sente que caminhamos para uma aparente inexistência que se recusa aceitar. E, diz para combater essa situação irá remeter ao Presidente da Câmara Municipal uma minuta para ser endereçada à Unidade de Missão para que se apurem responsabilidades nesta matéria e sejam encontradas e criadas soluções para potenciar um futuro de esperança para Pedrógão Grande.-----

Aprovada a ata em minuta, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião de assembleia, pelas vinte horas e vinte e cinco minutos que depois de lida será assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



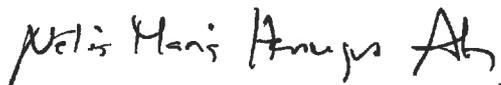
(António Tomás Correia)

O Primeiro Secretário



(Fernando Manuel Fernandes Antunes)

O Segundo Secretário



(Joaquim Augusto Torres Simões Palheira)

